

Maquinaria e grande industria virtual:

as contribuições de Marx e o trabalho docente virtual precarizado

Filipe Bellinaso

Como citar: BELLINASO, F. Maquinaria e grande industria virtual: as contribuições de Marx e o trabalho docente virtual precarizado. *In:* NOVAES, H. T. (org.). **Movimentos sociais e políticas educacionais na Era da barbárie.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 93-120. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-99-6.p93-120>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

MAQUINARIA E GRANDE INDÚSTRIA VIRTUAL: as contribuições de Marx e o trabalho docente virtual precarizado

Filipe Bellinaso¹¹

*Um homem se humilha, se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida e vida é trabalho
E sem o seu trabalho, o homem não tem honra
E sem a sua honra, se morre, se mata
Não dá pra ser feliz, não dá pra ser feliz*

Gonzaguinha

Um Homem Também Chora (Guerreiro Menino)

Introdução

Em 1867, Karl Marx lançava sua principal obra, *O Capital*, do qual evidenciou no capítulo treze denominado “Maquinaria e Grande Indústria”, um processo de precarização nas condições de trabalho do operariado através da inserção da maquinaria (em outras palavras, tecnologia). Cerca de 150 anos após o lançamento deste livro, nos múltiplos processos de reestruturação do modo de

¹¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), na Faculdade de Filosofia e Ciências em Marília, defendeu a dissertação intitulada "Educação a Distância (EAD) e o Trabalho Docente: O Aumento da Precarização", do qual contou com auxílio da bolsa CAPES-DS. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela mesma universidade, participou do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de Sociologia desde ago/2013 até mar/2016, e desenvolveu iniciação científica pelo PIBIC de ago/206 a mar/2017. Atualmente é professor da rede pública do Estado de São Paulo nas disciplinas de Geografia e História.

produção capitalista, a inserção da tecnologia nas atividades de trabalho continua servindo de elemento de precarização das condições de trabalho.

Um forte exemplo deste processo é o trabalho docente. Dadas as novas evoluções tecnológicas, a antiga modalidade de ensino a distância, que antes vivia extremamente a margem do desenvolvimento educacional, passou a se consolidar cada vez mais, alcançando dimensões antes nunca imaginadas, e que, com a consolidação e popularização do computador e da internet, tem superado o ensino presencial em determinadas formações.

A educação a distância (Ead) de fato, é uma modalidade de ensino que em meio suas múltiplas faces, apresenta elementos extremamente interessantes, sobretudo a possibilidade da ruptura do espaço e tempo, possibilitando uma expansão democrática e uma troca de contribuições que antes eram limitadas pela distância. A possibilidade de levar uma educação provisória a distância para regiões afastadas do ensino presencial (ex: a população ribeirinha no Amazonas), ou a possibilidade da articulação de cursos entre universidades distintas separadas espacialmente são pequenos exemplos das belas possibilidades que a Ead possibilitou.

O grande problema, de forma geral, não se dá na Ead em si, mas em sua articulação direta com os interesses do capital. Sobretudo no Brasil, tal modalidade na sua maioria, por mais que se expanda sob o discurso da expansão da democratização, essa não é sua principal preocupação, mas sim, no fato em que seu custo de produção é cerca de 40% mais baixo que um presencial, e cerca de 80% mais lucrativo. Não é à toa, que enquanto as instituições

públicas de ensino lutam constantemente contra o emprego da Ead de forma leviana, as instituições privadas cada vez mais diminuem as ofertas presenciais e aumentam as da mais ‘nova’ modalidade de ensino.

Se olhar para a Ead numa perspectiva de conjuntura, se torna extremamente interessante evidenciar que a consolidação de tal modalidade de ensino no Brasil se dá ao mesmo tempo que ocorre a consolidação de uma nova reestruturação do capitalismo no país: o neoliberalismo. De acordo com Santos (2006), a realização do chamado Consenso de Washington foi um marco na chegada do neoliberalismo na América Latina como um todo. No que se dizia a respeito a educação, as diretrizes neoliberais podem ser resumidas em três pilares: a mercantilização da educação (fortalecimento de escolas, cursos, universidades e etc. de carácter privado); o estreitamento da relação público-privado (órgãos como a ONU, Banco Mundial, e demais instituições privadas passam a investir e ditar diretrizes na educação); e o processo de aligeiramento da formação (cursos técnicos, tecnólogos e etc.).

Não é à toa que a Ead passa a crescer exponencialmente no Brasil a partir da década de 1990, uma vez que tal modalidade de ensino cria as bases necessárias para articulação para com os três pilares acima citados. Se torna um amplo mercado educacional, passa ser defendido ferozmente pela UNESCO e organismos multilaterais, e oferece formações em prazos cursos antes nunca imaginados. Sem contar que a Ead ainda oferece ao capital elementos sociais que não se encontram com o avanço da biopolítica, mas isso fica para uma outra análise.

O desenvolvimento de uma Ead desenfreada no Brasil despreocupada com sua qualidade e articulada diretamente com os interesses do capital, sobretudo na diminuição de custos e nos aumentos da produção de mais-valia, em suas múltiplas facetas de problemáticas, intensifica um processo da qual já se agravava constantemente na educação, a precarização do trabalho docente.

Compreendendo que a Ead, no que se diz respeito trabalho docente, trata de um forte processo de inserção de maquinarias e tecnologias, este artigo tem como objetivo fazer um resgate ao capítulo XIII de *O Capital* de Karl Marx, intitulado ‘Maquinaria e Grande Indústria’ com objetivo de encontrar elementos importantes para a reflexão sobre o processo de precarização do trabalho docente através do avanço da educação a distância.

Maquinaria e Grande Indústria

É possível afirmar que no capítulo XIII de *O Capital*, Marx evidencia como a inserção de tecnologia ao trabalho tem consequências diretas nas condições de trabalho dos operários, buscando não só realizar uma análise teórica desse processo, mas sobretudo, partir da realidade concreta de sua época para alcançar tal teoria (MARX, 2017) . Com isso, vale aqui destacar, que muitos anos separam a análise de Marx para a atual realidade concreta, o que faz com que muitos aspectos da atual conjuntura sejam completamente distantes do autor, porém, ainda sim, seu estudo se faz como referência, e possibilita reflexões importantes para o presente. Nas palavras de Harvey:

É interessante, que ao ler esse capítulo, você observa que Marx estabelece inter-relações entre esses diferentes “momentos” não apenas para entender a evolução das tecnologias capitalistas, mas também para mostrar que o estudo desse processo evolutivo revela sobre o modo de produção capitalista visto como uma totalidade (um conjunto ou junção de elementos interativos). Se você lê-lo assim, verá um conjunto de determinações muito mais rico do que uma simples história das mudanças tecnológicas. (HARVEY, 2013, p. 209)

Ao longo do capítulo, Marx faz questão de deixar claro muitos aspectos relacionados a maquinaria: questionar o discurso ideológico de que a maquinaria facilita o trabalho do operário; afirmar que “a maquinaria é meio para a produção de mais-valor” (MARX, 2017, p. 445); as diferenças provocadas através da inserção da maquinaria perante ao modelo de produção manufatureiro; o debate relacionado a agregação ou não de valor da maquinaria na mercadoria; e por fim, o que se faz mais importante para este trabalho, a consequências da inserção da maquinaria sobre o trabalhador.

É possível evidenciar cinco elementos apontados por Marx como consequências diretas da inserção da maquinaria no trabalho. O primeiro elemento mencionado por Marx, é o **prolongamento da jornada de trabalho**, que como o próprio nome sugere, se trata do aumento da carga horária de trabalho. Tal movimento ocorre devido ao elemento que hoje chamamos de “obsolescência econômica”, termo não utilizado por Marx, mas em que sua explicação sobre tal elemento evidência justamente esse fenômeno. De acordo com o pensador alemão, as máquinas apresentam desgastes ao longo do tempo, sejam eles de caráter material (seja pelo seu uso ou seu não

uso, enferrujar por exemplo) ou de caráter moral (devida a sua obsolescência, conforme se desenvolve novas máquinas ou novas tecnologias, as anteriores se tornam ultrapassadas, sendo necessárias serem trocadas constantemente com o objetivo de atender ao mercado e manter seu valor de capital). Nesse sentido, em busca de suprir o investimento realizado na máquina antes que essa se torne obsoleta, a mais eficaz solução encontra pelos capitalistas foi: o prolongamento da jornada de trabalho. Quanto mais se utilizar de uma determinada máquina, em um curto período de tempo, mais estará se extraindo a sua potencialidade antes que ela se torne ultrapassada, nesse sentido, se for possível, o desejo do capitalista é deixar a mesma trabalhando 24 horas por dia, o que tem consequência direta aos trabalhadores, ter a presença de alguém para pôr a máquina pra funcionar 24 horas por dia.

Se, portanto, o emprego capitalista da maquinaria cria, por um lado, novos e poderosos motivos para prolongamento desmedido da jornada de trabalho, revolucionando tanto o modo de trabalho como o caráter do corpo social de trabalho e, assim, quebrando a resistência a essa tendência, ela produz, por outro lado, em parte mediante o recrutamento para o capital de camadas da classe trabalhadora que antes lhe eram inacessíveis, em parte liberando os trabalhadores substituídos pela máquina, uma população operária redundante, obrigada a aceitar a lei ditada pelo capital. Daí este notável fenômeno na história da indústria moderna, a saber, de que a máquina joga por terra todas as barreiras morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se converte no meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua

família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital (MARX, 2017, p. 480).

Porém, de acordo com Marx, a máquina não só prolonga a jornada de trabalho, mas como também, **intensifica a jornada de trabalho**, o segundo elemento evidenciado pelo autor. Se trata não de um aumento da carga horária de trabalho, mas num aumento da quantidade de trabalho realizada na mesma jornada de trabalho. Isso se dá sobretudo pelo fato de que a partir do momento em que o homem se torna uma extensão da máquina no que se diz respeito a produção da mercadoria, não é mais o trabalhador que dita o ritmo da produção, e sim, a máquina. Como consequência direta disso, o trabalhador não consegue mais oscilar seus ritmos de produção e precisa acompanhar a máquina em sua mais alta intensidade.

Não resta a mínima dúvida de que a tendência do capital, tão logo o prolongamento da jornada de trabalho lhe esteja definitivamente vedado por lei, de ressarcir-se mediante a elevação sistemática do grau de intensidade do trabalho e transformar todo o aperfeiçoamento da maquinaria em meio de extração de um volume ainda maior de força de trabalho, não tardará a atingir um ponto crítico, em que será inevitável uma nova redução das horas de trabalho (MARX, 2017, 483).

Neste processo em que cada vez mais a máquina passa a exercer o papel fundamental da produção e o trabalhador passa a se tornar apenas um complemento para que todo aquele processo funcione, ou como resume Harvey, “Os trabalhadores não precisam pensar, apenas dar assistência às máquinas” (HARVEY, 2013, p. 212), não ocorre apenas a intensificação da jornada de trabalho, mas também a **simplificação do trabalho**. De acordo com Marx, a

simplificação não está relacionada com a facilitação do trabalho, não se trata deste sentido, mas sim, mas sim de uma desqualificação do trabalhador, um esvaziamento de suas habilidades. Suas capacitações muitas vezes se limitam na exclusividade de gerar condições para com que as máquinas continuem operando.

O resultado é que os trabalhadores são reduzidos à tarefa vitalícia de servir à máquinas particulares. Assim, o trabalhador e as relações sociais mudam com a atividade laboral, de tal modo que os trabalhadores se tornam meros apêndices da máquina (HARVEY, 2013, p. 212).

O quarto elemento abordado por Marx, na verdade se trata de uma resposta a um pensamento liberal ideológico, a ‘teoria da compensação’. De acordo com os capitalistas, a maquinaria não produziria desemprego, o que o autor vai evidenciar que sim, por mais que ocorra uma compensação em determinado grau, ainda sim, a inserção de máquinas e tecnologias tem como consequência direta para o trabalhador, o aumento do **desemprego**. Em síntese, na medida em que se busca desenvolver tecnologias que façam com que o trabalhador se torne cada vez mais dispensado, é evidente, que com o tempo, quanto maior o emprego de maquinaria, maior será a desnecessidade de trabalhadores, conseqüentemente, gerando desemprego.

Por fim, o último aspecto evidenciado por Marx como consequência direta da inserção da maquinaria sobre o trabalhador, é a chamada **polivalência**. Segundo o pensador alemão, na medida em que a inserção da máquina se tornou realidade na grande maioria dos trabalhos, foi necessário repensar a educação, fazendo com que os indivíduos que fossem ao mercado de trabalho tivessem as noções

básicas de utilização e manuseio de uma máquina aprendidos antes de ir necessariamente para a fábrica. Ou seja, o trabalhador agora muito mais importante do que saber produzir a mercadoria em si, ele precisa saber como manter aquele processo de produção da fábrica em funcionamento, e responder rapidamente a possíveis problemas que ela irão surgir. Nesse sentido, ao mesmo tempo que a maquinaria simplifica o trabalho, esvaziando o indivíduo de suas habilidades, o tornando apenas apêndice da máquina, ela também, teve a necessidade de desenvolver um trabalhador que seja flexível as diversas situações que serão apresentadas em seu trabalho, que possua as capacidades cognitivas de responder aos problemas que surgem no seu cotidiano fabril, um trabalhador polivalente.

O capitalismo requer fluidez e adaptabilidade do trabalho, uma força de trabalho instruída e variada, capaz de executar múltiplas tarefas e responder com flexibilidade as condições variáveis. Há aqui uma profunda contradição: por um lado, o capital quer trabalho degradado, desqualificado, algo como um gorila treinado para servir o capital sem questioná-lo; por outro, ele necessita desse outro tipo de trabalho, instruído, flexível e adaptável. (HARVEY, 2013, p. 225).

Em síntese Marx evidencia que a inserção da maquinaria prolonga a jornada de trabalho, intensifica a jornada do trabalho, simplifica o trabalho, gera desemprego e cria um trabalhador polivalente. Vale ressaltar que, esses elementos não se dão de forma isoladas, mas sim, um articula diretamente com o outro.

A Realidade Concreta da Ead no Brasil

Antes de adentrar diretamente a questão do trabalho docente, se faz necessário realizar uma breve análise de conjuntura com o objetivo de evidenciar a realidade concreta da Ead no Brasil com base em dados sobre a modalidade de ensino.

O crescimento da Ead no Brasil, conforme mencionado anteriormente, tem ocorrido de forma exponencial e desenfreada, na melhor do que mostrar alguns dados para compreender esse movimento. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número de matrículas, entre as mais diferentes modalidades e modos diferentes que existem de Ead no Brasil, foram contabilizadas no ano de 2000, 1.682 matrículas, o que por sua vez, dez anos depois, no ano de 2010, foram registradas 930.179 matrículas. Já no último senso realizado pelo instituto, referente ao ano de 2017, foram registradas 1.756.982 matrículas, praticamente o dobro de 2010, antes mesmo de terminar a década.

Os dados do INEP ainda nos revelam outra faceta deste avanço desenfreado. E que evidencia um fato aqui já mencionado neste trabalho. Enquanto as instituições públicas em alguma medida relutam ou buscam o desenvolvimento de uma Ead de forma mais qualitativa, as instituições privadas apenas visam o quantitativo. Segundo o INESP, no ano de 2000 todas as ofertas de cursos que utilizavam da Ead eram de caráter administrativo público, enquanto no ano de 2010, as instituições já beiravam 50% da oferta da modalidade, e em 2017, não só ultrapassou, mas beira os 70%. O

que revela na prática como Ead está diretamente ligada aos interesses neoliberais de mercantilização da educação.

Além dos dados do INEP, os dados provenientes da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), nos fornece reflexões importantes sobre a realidade atual da Ead no Brasil, em seu último censo referente ao ano de 2018. O primeiro dado que chama atenção é o da distribuição destas instituições pelo território brasileiro, que se dá de forma totalmente desproporcionou. A região sudeste concentra quase 45% das instituições, enquanto a região norte não passa dos 5%, o que leva a contestar em até que medida tal modalidade tem realizado um papel democratizante de atingir os indivíduos que não possuem acesso ao ensino presencial. Na teoria, a instituição estar em um território não significa que ela não alcance outros territórios, afinal de contas, isso é o que caracteriza a Ead. Mas quando se olha para realidade brasileira da modalidade de ensino, observa que as matrículas acompanham a mesma desigualdade regional que as instituições (ABED, 2019).

No que se diz respeito às instituições privadas em média, atendem de 1.000 a 5.000 alunos, e oferecem cursos com o custo em média de 250 a 500 reais. Com relação aos cursos ofertados, cerca de 50% deles são das áreas da Ciências Humanas ou das Ciências Sociais Aplicadas, predominando a oferta por Licenciaturas. Quanto ao perfil dos alunos, 60% são mulheres, a faixa etária predominante é dos 26 aos 40 anos, na qual em sua grande maioria já são trabalhadores. O grande desafio por parte das instituições de Ead é a taxa de evasão que continua superior a 25%.

Por fim cabe destacar o tipo de recursos educacionais que são utilizados, dos quais cada vez mais tem se abandonado qualquer ferramenta material e adentrando ao ensino completamente virtual. As tele aulas, textos digitais, livros eletrônicos e vídeos estão presentes em praticamente 80% ou mais de todos os cursos. Além disso, se a utilização de áudios digitais, jogos eletrônicos, e outras plataformas digitais tem crescido gradualmente nos últimos anos, a utilização de materiais físicos, continuam cada vez mais em declínio, caíam entorno de 10% referente ao ano passado (ABED, 2019, p. 10).

O Trabalho Docente Precarizado

A precarização do trabalho docente não é um processo exclusivo da Ead. Esse processo permeia o profissional da educação, especificamente no Brasil, pelo menos nos últimos cinquenta anos têm sido cada vez mais intensificada. De acordo com pesquisadores do trabalho docente no Brasil, anos de 1940 e 1950 no país, são considerados os ‘anos de ouro’ da profissão, respaldada na valorização do conhecimento, na valorização do professor e na manutenção das relações formais entre professor e aluno (MONFREDINI, 2008, p. 125). Vale ressaltar que a educação pública da época era voltada principalmente para entender aos interesses da elite daquele momento, mas ao mesmo tempo, aos poucos membros das classes baixas que adentravam a rede pública, era considerada a principal oportunidade de ascensão social e econômica.

No que se diz respeito às condições de trabalho dos docentes, algumas informações já são o necessário para compreender a valorização que este recebia na época: 1) a renda salarial de um professor era relativamente alta, variando entre 7 a 10 salários mínimos (PESSANHA, 2001, p. 91); 2) o professor possuía total liberdade e controle sobre o processo de seu trabalho (PIOVEZAN, 2017, p. 24); 3) consequentemente, o docente possuía completa autonomia para realizar suas atividades (VICENTINI; LUGLI, 2009); 4) a jornada média de um professor era em torno das 12 horas semanais (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 132).

O cenário começou a mudar um pouco antes do golpe de 64, mas é com os militares que a situação agrava. A LDB de 1971 é um exemplo disso. A tão sonhada expansão do sistema público de educação acontece, porém, sem nenhuma preocupação em manter a qualidade de ensino e as antigas condições de trabalho. Em síntese, aumentaram os alunos na sala de aula, aumentaram a contratação de professores, mas o investimento pouco se alterou. No que se diz respeito as condições de trabalho do profissional docente, as consequências foram: aumento da carga horária semanal para suprir a redução salarial, acarretando no aumento e na intensificação da jornada de trabalho (PIOVEZAN, 2017, p. 28); necessidade do deslocamento entre escolas (VICENTINI, LUGLI, 2009, p. 83); flexibilização dos contratos de trabalho, como por exemplo, o início dos contratos temporários (VIANNA, 1999, p. 90); e entre outros.

As lutas provenientes contra o regime militar resultaram em diversos direitos que de certo modo melhoravam as condições de trabalho dos professores, porém, os anos de 1980, se em uma face

foram resgatados direitos em outra face uma série de medidas de flexibilização praticamente anulavam os possíveis avanços. O que se agravou nos anos 1990 com a consolidação do neoliberalismo. No que se diz respeito as condições de trabalho do docente, estas são afetadas não só pelas transformações educacionais, mas como pelas próprias reestruturações trabalhistas. Um processo de precarização que se estende da década de 1990 até os dias de hoje, valendo ressaltar, que os governos dos anos 2000 e 2010 (Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michael Temer e Jair Bolsonaro), cada um em suas particularidades e intensidades diferentes, contribuíram minimamente para a consolidação do neoliberalismo e do processo de precarização do profissional docente.

Esse processo de precarização ao longo destes mais de 50 anos se reflete na realidade dos docentes. A intensificação e o aumento da jornada de trabalho, talvez sejam as principais facetas e consequências desse processo. Seja através da intensa burocratização dos sistemas educacionais ou da necessidade de cada vez mais o professor ter que realizar multitarefas. Alguns teóricos brasileiros vão afirmar a necessidade de se repensar à definição do trabalho docente no Brasil, uma vez que a sala de aula já não resume sua atividade (OLIVEIRA, 2004). Sem contar a necessidade do professor ter que lidar cada vez mais com as realidade sociais de seus alunos, e com os novos papéis que a escola se propõe a realizar, e assim por diante. Vale ressaltar o fato de que mediante a realidade cada vez maior de arrocho salarial relacionado aos trabalhadores docentes, faz com que esses profissionais busquem muitas vezes uma segunda jornada de trabalho com o objetivo de ampliar a sua renda, seja em outras áreas,

ou na própria área, isso quando a atividade docente não se torna a atividade complementar (PIOVEZAN, 2017).

Outra faceta em que se manifesta a precarização no trabalho docente presencial é através das flexibilizações dos contratos. Por prazo determinado, temporário, tempo parcial, criou-se inúmeras categorias novas de contrato para o docente, todas respaldadas pela lei brasileira, cujo objetivo único é explorar o máximo possível os indivíduos. Busca-se cada vez mais fugir das obrigações trabalhistas e encontrar meios de intensificar o trabalho e arrochar o salário, mediante estes novos modelos de contrato. Vale mencionar também, a função do chamado ‘professor eventual’, do qual além de ser fruto dessas novas formas de contrato, também sofre com a necessidade de se tornar um trabalhador extremamente polivalente, afinal de contas, é responsável por substituir os professores de qualquer disciplina.

Outra faceta importante de ser mencionada é o fato que diferentemente dos ‘anos de ouro’ do trabalho docente no Brasil, o atual modelo de educação presencial faz com que o professor não tenha mais o completo controle sobre o seu processo de trabalho. Se, conforme evidencia Vieitez e Dal Ri (2011), o trabalho do professor foi um dos únicos a sobreviverem à introdução do taylorismo no que se diz respeito ao completo controle do seu processo de trabalho, a realidade total é um conjunto de fatores, que passando por uma extrema burocratização da atividade, faz com que o docente se torne cada vez mais um mero apêndice do sistema escolar.

Em síntese, ao longo dos últimos cinquenta anos, o trabalho docente vem sofrendo um processo de intensa precarização, e dentro

dos múltiplos processos de reestruturação do capital, a consolidação da Ead, entre suas múltiplas consequências, vem a dar continuidade nesse processo de precarização.

As Contribuições de Marx e o Trabalho Docente Virtual Precarizado

Conforme evidenciado anteriormente, o capítulo XIII de *O Capital*, denominado ‘Maquinaria e a Grande Indústria’, Marx evidencia cinco elementos de precarização do trabalho proporcionados pelo avanço da maquinaria e da tecnologia. São estes: o prolongamento da jornada de trabalho, a intensificação da jornada de trabalho, a simplificação do trabalho, desemprego e a polivalência.

Pensando que a atual Ead só se realiza e se expande em massa no Brasil devido a forte inserção de maquinaria e tecnologia sob o trabalho docente. Mediante a tal fato, é possível questionar, é possível averiguar os mesmos processos de precarização evidenciados por Marx no trabalho docente virtual?

O prolongamento da jornada de trabalho

O prolongamento da jornada de trabalho no trabalhador docente da Ead se dá em diversas facetas e devido a um conjunto de fatores. A primeira está diretamente ligada com a inserção as novas maquinarias e as novas tecnologias que o profissional precisa agora possuir domínio no seu manuseio. Para além da atualização constante com relação ao conteúdo que vai ser transmitido, o

docente precisa constantemente se atualizar de como utilizar suas ‘novas’ ferramentas de trabalho, muitas vezes sendo necessário a realização de cursos, ou de uma dedicação exclusiva fora da sua jornada de trabalho para dominar os respectivos manuseios. Vale ressaltar, que não basta se atualizar com relação as novas maquinarias em si só, mas necessita constantemente aprender a lidar com novas formas de utilizar a mesma, sobretudo na evolução ou na simples distinção entre *softwares*, afinal de contas, um mesmo profissional que atue em mais de uma instituição, necessita muitas vezes aprender a trabalhar com plataformas distintas para cada uma destas. Em síntese, muitas das atividades que o professor estava acostumado em realizar de forma material (impressa), ele passa a ter que realizá-las em espaços virtuais (diário de classe, plano de aula, e etc.), exigindo do profissional não só a capacidade de manusear a máquina, mas também estar apto aos inúmeros programas necessários de serem manuseados.

Outra faceta em que o prolongamento da jornada de trabalho se apresenta consiste no fato em que a Ead permite ao professor a realização do chamado *home office*, no bom português, trabalhar de casa. Modalidade de trabalho que é vendida ideologicamente como inovadora por evitar determinadas necessidades como de locomoção e por poder trabalhar ‘no conforto de sua casa’, apresenta inúmeras precarizações ao trabalho. O *home office* separa as noções de espaço trabalho e espaço lazer, em outras palavras, o indivíduo perde a noção de qual é o momento de trabalhar e qual o momento de descansar, afinal de contas, ambas as atividades são realizadas no mesmo local, fazendo com que muitas vezes aquele espaço que antes era considerado de descanso e de refúgio ao

trabalho, passa a se tornar um lugar doloroso de se conviver. Na medida em que os tempos trabalho e lazer se confundem, é normal que um passe a sobrepor o outro. É evidente que se o trabalhador deixar o tempo descanso sobrepor o tempo trabalho, ele vai perder o trabalho que possui, com isso, se torna extremamente constante a sobre posição do tempo trabalho sobre o tempo descanso.

Além do mais, as tecnologias que são divulgadas e defendidas como modernizadoras nas relações de trabalho, geram novas relações que precarizam o trabalho. Os mais modernos celulares e *smartphones* somado ao desenvolvimento de aplicativos de comunicação como *WhatsApp*, fazem com que o trabalhador esteja 100% do tempo conectado ao seu trabalho, podendo receber uma mensagem vinculada ao seu trabalho a qualquer momento.

O prolongamento da jornada de trabalho na Ead também se dá pelo simples fato desta modalidade de ensino proporcionar o aumento na relação entre o número de alunos para com os números de alunos. Cada vez se torna maior o número de alunos, fazendo com que a demanda por correção de atividades, trabalhos e provas aumente, conseqüentemente, aumentando a jornada de trabalho. Vale ressaltar aqui, que o aumento da jornada de trabalho causado/causando pelo aumento da produtividade está diretamente ligado com o aumento da mais-valia absoluta.

A intensificação da jornada de trabalho

A maioria dos aspectos desagradáveis do trabalho na EaD concentra-se na sobrecarga de trabalho, seja na perspectiva de excesso de atividades, quantidade de tempo pago para realizar

tais atividades, elevado número de alunos ou tamanho das turmas, baixo valor hora-aula ou outros desdobramentos da sobrecarga de trabalho (MILL; SANTIAGO, VIANA, 2008, p. 69).

Assim como o prolongamento da jornada de trabalho, a intensificação da jornada de trabalho se apresenta e precariza o trabalho docente por diversas facetas e modos de atuação, alguns deles, até mesmo semelhantes ao prolongamento da jornada de trabalho. Nesse sentido, o aumento constante da proporção de alunos para com professores faz com que não se torne mais possível se prolongar a jornada de trabalho, então se torna essencial para o capital intensificar a jornada de trabalho com o objetivo de intensificar a produção. Para além do aumento do número de atividades a serem corrigidas mencionadas acima, a separação espacial entre os alunos e o professor faz com que o professor muitas vezes tenha que repetir uma atividade que presencialmente não precisaria. Se antes uma dúvida é respondida presencialmente para a sala toda, na Ead muitas vezes o docente necessita responder a mesma questão repetitivamente via email ou celular. Semelhantemente a necessidade de sua atualizar as novas tecnologias faz com que não só prolongue, mas como intensifique a jornada de trabalho, a final de contas, os capitalistas ainda não criaram mecanismos para aumentar as 24h diárias.

Igualmente a maioria dos itens levantados aqui para evidenciar a precarização no trabalho docente a distância, a intensificação da jornada de trabalho não só foi um elemento utilizado pelo capital na realidade concreta da 'Maquinaria e Grande Indústria' mas como na realidade concreta atual encontra-se

intrínseca ao próprio desenvolvimento do capitalista. É resultado direto de um movimento de competitividade e de produtividade da educação, uma consequência, ou melhor, um projeto neoliberal de ampliação da mercantilização da educação. Em busca de ampliar a acumulação de capital, as instituições privadas cada vez mais intensificam a jornada de trabalho de seus trabalhadores. Fragmentam a atividade docente em múltiplas atividades, das quais contratam ‘especialistas’ em uma única micro atividade para realizá-la da forma mais intensa e repetitiva possível.

Se por um lado o aumento da jornada de trabalho está diretamente ligada a produção de mais-valia absoluta, a intensificação da jornada de trabalho está diretamente ligada com a produção de mais-valia relativa.

A simplificação do trabalho

De resto, a simplificação/mecanização de seu processo de trabalho permite dispensar o trabalhador docente ou trocá-los à base de salários inferiores; o que é apresentado como um “incentivo” por um coordenador do EAD: Estamos dando oportunidades a tutores eletrônicos para substituírem alguns professores especialistas nos cursos de Administração e Pedagogia. Isso vai incentivá-los a buscarem mais qualificação, pois terão um ganho a mais e ao mesmo tempo aproveitamos as “pratas da casa”, que já conhecem o sistema. (Coordenador de EAD) (ALMEIDA; WOLFF, 2008, p. 7).

De acordo com Marx (2017), o processo de mecanização tem como consequência imediata, um processo de simplificação do trabalho e na Ead não se dá de forma diferente, ainda que com

algumas especificidades. A inserção da maquinaria no trabalho docente teve como consequência quase que imediata, um processo de simplificação. Na medida em que muitas das funções até então realizadas pelo professor passaram a serem realizadas pelas máquinas, além disso, aquelas que ainda necessitam diretamente dele, ele se tornou um mero apêndice da tecnologia, tendo que se adaptar a esta nova realidade, o que faz com que na maioria dos casos, os profissionais se adaptem as tecnologias presentes e não ao contrário.

No momento em que o profissional docente se torna um mero apêndice das máquinas, ele necessita a adaptar a forma em que realiza suas atividades para com a realidade proporcionada pelas novas tecnologias. Exemplo, na Ead não é interessante uma vídeo-aula longa, apenas apresentando imagens de um professor sentado na cadeira expondo o conteúdo, pois, é muito mais interessante uma aula mais dinâmica e interativa, com o objetivo suprir as dificuldades que essa nova modalidade de ensino apresenta. Além disso, as próprias aulas vêm sendo substituídas por *softwares*, vídeos, jogos, *podcasts* e entre outras ferramentas que proporcionam uma aprendizagem, mas que divergem do modelo tradicional de aula. A soma desses fatores faz que os profissionais docentes tenham que repensar seus papéis. Os antigos debates sobre professor conteudista e do docente que considera a didática mais importante que o conteúdo, praticamente deixa de existir no trabalho docente da Ead. É necessário repensar novos papéis para os professores e tutores, e papéis extremamente simplificados.

Se o profissional docente do modelo presencial tradicional apresentava um trabalho extremamente complexo, o da modalidade

a distância se apresenta completamente simplificado. A didática e o conteúdo deixam de ser o aspecto mais importante da atividade docente, o professor agora necessita ser uma espécie de ‘animador’ e ‘facilitador’ do processo de ensino-aprendizagem. Este tem a obrigação de exercer uma função que muitas vezes se aproxima de um *coaching* de que um próprio professor, tendo que muitas vezes se preocupar em motivar os seus alunos do que propriamente a transmitir algum conteúdo

Desemprego

Entrevistador: As tele-aulas são gravadas? Entrevistado: São transmitidas ao vivo e gravadas. Entrevistador: Como é o seu direito autoral sobre essas aulas? Entrevistado: Nós acabamos assinando um contrato onde nós cedemos todos os nossos direitos (...) (E1) (BENINI, 2012, p. 243).

No que se diz respeito ao desemprego, a inserção da maquinaria como um todo no modo de produção capitalista gera essa consequência. Conforme já anunciado neste artigo, em ‘Maquinaria e Grande Industria’, Marx desmitifica a teoria da compensação, e mostra, que na medida em que as tecnologias evoluem e novas máquinas são inseridas, o trabalho humano passa cada vez mais a ser dispensado, e conseqüentemente o desemprego aumenta, ainda mais num processo evolutivo tecnológico onde as próprias máquinas constroem outras máquinas.

Se por um lado a Ead fragmenta ao máximo o trabalho docente criando funções antes não existentes, por outro lado mediante as reestruturações do capital que proporcionam relações de

trabalho cada vez mais flexibilizadas, a Ead tem uma potencialidade enorme de um crescente desemprego por parte dos professores. Obviamente que este tópico exigiria um estudo isolado e mais profundo, mas vale deixar algumas reflexões.

A primeira reflexão necessária a ser feita é fruto das novas relações de trabalho, sobretudo a ascensão dos contratos temporários na educação. Muitos professores estabelecem relação de *freelance* para com as instituições, onde apenas vendem suas mercadorias (aulas, material didático etc.) sem possuir qualquer vínculo institucional com a mesma. Vendendo completamente seus direitos autorais, da qual aquele produto passa a ser utilizado pelas as instituições de forma ilimitada, sem precisar pagar ou contratar aquele docente novamente.

Outra reflexão provem do fato, de como mostrado anteriormente, segundo INEP, a utilização de matérias como jogos, podcasts e vídeo interativos tem cada vez mais sendo utilizados como método pedagógico na Ead, ou seja, recursos dos quais não necessitam diretamente da figura do professor, ou que simplesmente, com o passar do tempo, a quantidade de material disponível para as instituições será gigantesco, fazendo com que a dependência da mesma para com os docentes se torne cada vez mais nula.

Polivalência

Com efeito, na Instituição Y, o professor é levado a buscar novas aptidões exigidas pelo novo aparato tecnológico deixando de lado outros aspectos de sua formação. O trabalho docente é, assim, redefinido em termos de qualificação/polivalência ditada

pelo manejo das TIC's nos moldes do trabalho operário, em detrimento do trabalho artesanal, de pesquisa e reflexão, próprio à elaboração de aulas. Sua especialização é, assim, preterida em favor de uma qualificação de cariz operário (ALMEIDA; WOLFF, 2008, p.6).

Se antes o professor presencial já tinha que se preocupar em aprender a utilizar algumas ferramentas digitais, e alguns aparelhos como projetores de vídeo e o computador, na modalidade de ensino a distância é essencial que este possua domínio sobre as tecnologias. Nesse sentido, o profissional da Ead necessita ser polivalente em múltiplos aspectos: possuir domínio sobre os aparelhos, possuir domínio sobre os programas, ter controle sobre os problemas tecnológicos que podem surgir em sua e etc.

Ao exercer um diálogo direto e dependente das tecnologias, a Ead necessita de um profissional que tenha total controle sobre a utilização destes mecanismos, que tenha total controle sobre a utilização de um computador, mas também, total controle sobre a utilização das plataformas e *softwares* necessários para a realização das atividades desejadas. Mas assim como o operário muitas vezes necessita aprender os problemas apresentados pela sua máquina, o mesmo ocorre com os profissionais docentes dessa modalidade de ensino, a final de contas, o tempo gasto para trazer um especialista em tecnologia para resolver tais problemas pode custar muito alto ao final do mês. Sem contar que os gastos com essa parte – concertos, cursos de aprendizagem e entre outros – na maioria dos casos não são cobertos pelas instituições.

Ainda em relação a tecnologia, a polivalência se apresenta em outra face ao trabalhador docente na Ead. Não basta o professor ter domínio sobre a tecnologia, mas também, em como apresentar o conteúdo através da tecnologia. Em termos práticos, gravar uma videoaula é extremamente diferente de dar uma aula presencial, a didática não é a mesma, os hábitos não são os mesmos. Isso apenas comparando com o formato da videoaula. Se pensarmos em outras formas de transmissão de conteúdo como vídeos informativos e *podcasts*, são outras habilidades e didáticas necessárias para a realização deles. Nesse sentido, o docente a distância ele tem que ser polivalente em dominar as múltiplas formas de transmissão de conteúdo virtual, se modelando de acordo com as ferramentas tecnológicas que estão em sua disposição, de acordo com os padrões utilizados pela instituição e entre outros elementos.

Conclusão

Dentro da reestruturação produtiva do capital, novas facetas da precarização surgem. Existem muitos outros elementos dos quais evidenciam a continuidade do processo de precarização do trabalho docente agora na Ead, que vão desde a despreocupação por parte das instituições com os gastos extras que o trabalhador tem ao trabalhar em sua casa até as novas doenças provenientes da ‘nova’ forma de trabalho. Porém as contribuições de Marx sobre a inserção da tecnologia/maquinaria no trabalho, nos oferecem bases para realizar reflexões importantes sobre os impactos da Ead sobre o trabalho docente.

Nesse sentido, é possível concluir que existe uma continuidade no processo de precarização do trabalho docente através da Ead, quando é possível evidenciar um processo de agravamento do prolongamento da jornada de trabalho, da intensificação da mesma, da simplificação do trabalho, do desemprego e da polivalência.

Referências

ABED. **Censo EAD.BR 2018**: Relatório analítico de aprendizagem a distância no Brasil. Associação Brasileira de Educação a Distância. Curitiba: InterSaber, 2019. Disponível em: http://abed.org.br/arquivos/CENSO_DIGITAL_EAD_2018_POR_TUGUES.pdf . Acesso em: 03 mar. 2020.

ALMEIDA, S. A.; WOLFF, S. **Novas tecnologias e o trabalho docente na modalidade ensino a distância**. In: Seminário Estudos do Trabalho, 6., 2008, Marília. Anais. Marília: UNESP, 2008. Disponível em: <https://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/sergioantunesdealmeida.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

BENINI, E. G. **Política educacional e educação a distância**: as contradições engendradas no âmbito do trabalho docente. 2012. 284 p. Tese (Doutorado em Pedagogia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. PPGEduc/CCHS/Campo Grande/MS, Campo Grande. 2012.

HARVEY, D. **Para entender O capital – Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses da educação superior**. 2017. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 03 mar. 2020.

MARX, K. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MILL, D. R; SANTIAGO, C. F; VIANA, I. S. Trabalho docente na educação a distância: condições de trabalho e implicações trabalhistas. **Revista extraclasse**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 56-73, 2008.

MONFREDINI, I. O regime de progressão continuada: as práticas escolares implementadas e as consequências para o trabalho e a profissão docente. *In*: MONFREDINI, I. (Org.). **Políticas educacionais, trabalho e profissão docente**. São Paulo: Xamã, 2008. p. 115-138.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

PESSANHA, E. C. **Ascensão e queda do professor**. São Paulo: Cortez, 2001.

PIOVEZAN, P. R. **As políticas educacionais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal**. Orientadora: Neusa Maria Dal Ri. 2017. 224 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. 2017.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VIANNA, C. **Os nós do 'nós'**. Crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.

VICENTINI, P. R.; LUGLI, R. G. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. Educação no movimento social: a luta contra a precarização do ensino público. *In*: LIMA, F. C. S.; SOUZA, J. U. P.; CARDOZO, M. J. P. B. (Org.).

Democratização e educação pública: sendas e veredas. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão – Edufma, 2011. p. 133-165.